



inspecçãogeral.finanças

Inspeção ao Município de Lisboa

Ex-IGAL

Processo nº 2012/172/B1/687

Relatório nº 2013/1431

Dezembro 2013

i n o v a ç ã o
i n t e g r i d a d e
f i a b i l i d a d e

PARECER:

*À consideração do Senhor
Subinspetor Geral, com a
minha concordância.*

MÁRIO TAVARES DA SILVA
Subinspetor-geral
2013.12.26

*Concordo.
À consideração supracitada
IGF, 26 DEZ 2013*

Ana Paula B. Salgueiro

ANA PAULA B. SALGUEIRO
DIRECTORA DE FINANÇAS DIRECTORA

DESPACHO:

Concordo.

*À consideração de S-Ex^{te} o
seu Senhor Secretário de Estado
Adjunto e do Orçamento.*

IGF, 30/06/2014

P¹ Inspetor-Geral

M. Isabel Castela Silva

M. ISABEL CASTELA SILVA
Subinspetor-geral

RELATÓRIO N.º 2013/1431

PROCESSO N.º 2012/172/B1/687

INSPEÇÃO AO MUNICÍPIO DE LISBOA - EX-IGAL

SUMÁRIO EXECUTIVO

RESULTADOS

1. A presente ação foi iniciada no âmbito da ex-IGAL (abrangendo o período compreendido entre 2009 e 2011) e incidiu nas seguintes áreas: análise de queixas sobre diversas matérias, subsídios atribuídos a entidades privadas, delegações de competências nas freguesias, acumulação de funções por eleitos e trabalhadores da autarquia, alteração de posicionamento remuneratório por opção gestonária, no âmbito

do SIADAP, aquisição de serviços e contratos por tempo indeterminado e a termo resolutivo.

1.1. Com a entrada em vigor do Decreto-Lei nº 96/2012, de 23 de abril, que operou a extinção da IGAL, o relatório desta inspeção foi submetido aos procedimentos em vigor na IGF.

1.2. Tendo em conta as evidências obtidas (Anexos 1A, 2A, 3A e 4A), a análise e avaliação das mesmas (Anexos 1, 2, 3 e 4) e os resultados do procedimento de contraditório institucional (Anexos 1B, 1C, 2B, 2C, 3B, 3C, 4B e 4C), os principais resultados da inspeção realizada pela ex-IGAL são, em síntese, os seguintes:

2. Queixas pendentes de análise na ex-IGAL

2.1. A denunciada situação de desconformidade das construções edificadas no Centro Polivalente, localizado no Alto do Parque Eduardo VII, com o respetivo Plano de Pormenor (PP), encontrava-se dependente, à data da realização desta inspeção, da aprovação da revisão do Plano Diretor Municipal de Lisboa (PDM). Este instrumento de gestão territorial foi publicado em 30 de agosto de 2012, após aprovação pela Assembleia Municipal, em 24 de Julho de 2012, e revogou o referido PP, assumindo a solução edificada, não se prevendo, por isso, a realização de diligências adicionais com fundamento nas referidas denúncias.

2.2. Quanto à denúncia relativa à reposição da escada de salvamento do nº 30 do Largo da Graça, já não é exigida em resultado da revogação das disposições legais aplicáveis. O encerramento das varandas é passível de legalização e a construção desenvolvida em dois pisos no logradouro aguardava a remessa do respetivo processo de legalização, cuja existência foi alegado pelos infratores, em sede de audiência prévia, aos serviços camarários, para emissão de decisão final.

2.3. Os serviços municipais encontravam-se, à data das verificações, em fase de aferição da legalidade das construções correspondentes aos nºs 79, 86 e 87 da Rua A da Quinta do Ferro, para eventual instauração de procedimento de intimação para reposição da legalidade.

**Aprovação da PDM
assume solução
edificada**

**Encontram-se em fase
de regularização estas
situações**

**A legalidade destas
construções ainda
pende de regularização
por parte dos serviços
municipais**

2.4. Na sequência da desistência da queixa pela reclamante, não foram efetuadas novas medições de ruído na Discoteca Sarabanda, devido à suspensão judicial das medidas cautelares impostas pela autarquia, à suspensão de realização de espetáculos de música e adoção de medidas corretivas, importando, no entanto, que seja mantido o controlo dos níveis de ruído praticados com fundamento nas queixas apresentadas por outros moradores, sem prejuízo da solução judicial que vier a ser formulada no processo em curso.

2.5. Sobre a decisão de encerramento da discoteca Kudissanga, devido ao ruído exagerado que provocava, importa esclarecer que esta só foi tomada 4 anos após as reclamações o que se considera excessivo, não obstante a situação denunciada se encontrar atualmente ultrapassada, não se justificando a realização de quaisquer outras diligências.

2.6. As situações de instalação ilegal de atividades e realização de obras ilegais, no edifício de habitação sito no Largo Stephens, nº 1, foram objeto de legalização, com exceção da situação, não comprovada pelos serviços técnicos da autarquia, de danos provocados pelas obras efetuadas pela empresa Som de Lisboa-Serviços, Lda., que só poderá ser dirimida em sede judicial, não dependendo de qualquer diligência adicional por parte da CML.

2.7. Constatámos a ausência de indícios de ilegalidade das deliberações do executivo camarário, nº567/C.M./2008, de 17 de julho, relativa à aprovação da alteração de operação de loteamento titulado pela Jardins de Braço de Prata-Empreendimentos Imobiliários, S.A. e nº 929/C.M./2008, de 22 de outubro, respeitante ao indeferimento do pedido de licenciamento de operação de loteamento titulado pela Sugar-Compra, Venda e Exploração de Imóveis, S.A..

2.8. Foi apurada a regularidade do indeferimento proferido no processo de licenciamento, de estabelecimento de bebidas sito na Rua da Bica Duarte Belo, nº 62, r/c, solicitado por Miranave-Restauração e Lazer, Lda., mas de tramitação demasiado prolongada, não se confirmando, quanto a este facto, a

Ação judicial em curso

A Discoteca Kudissanga foi encerrada em virtude do ruído excessivo emitido, ao fim de 4 anos

Legalização de situações de instalação de atividades e realização de obras em edifício

Não se confirmam os indícios de ilegalidade de duas deliberações camarárias

Regularidade do indeferimento do licenciamento de bar

veracidade da denúncia.

2.9. Dado que se encontrava em curso o processo de contraordenação instaurado contra os comproprietários do prédio sito na Rua Gervásio Lobato, nº 15, por incumprimento da intimação camarária para realização de obras de conservação, necessárias à correção das más condições de salubridade das habitações arrendadas, o Município deverá manter a IGF informada sobre o respetivo desenvolvimento e conclusão.

2.10. O Município procedeu a participação criminal junto dos serviços do Ministério Público, por indícios da prática do crime de desobediência por Pierre-Yves Malheiro do Vale Hapetian, na sequência da não demolição de construção ilegal, e não legalizável, erigida no logradouro do r/c direito da Rua dos Arneiros, nº 38. Foi, também, determinada a suspensão, por razões de oportunidade, pelo período de um ano, da medida de tutela da legalidade urbanística de posse administrativa e execução coerciva da demolição da construção ilegal, pelo que, decorrido já o ano de suspensão, deverá o Município informar a IGF sobre as medidas de tutela de legalidade urbanística adotadas.

2.11. O Município notificou a Cooperativa 3.08.09-Construção e Habitação, CRL para requerer a emissão do alvará de licenciamento, no âmbito do processo nº 1502/EDI/2007, de obras de alterações, tendo em vista promover a regularização da situação denunciada.

2.12. Apuraram-se erros construtivos na execução da Ciclovia da Av. do Colégio Militar, nas acessibilidades exteriores ao edifício da Associação Infante de Sagres, relativamente aos quais a autarquia iniciou as diligências necessárias à sua correção, sendo necessário que o Município dê conta dos desenvolvimentos ulteriores.

2.13. A autarquia também realizou diligências tendo em vista a apresentação de proposta de intimação do proprietário do 1º Dto. do nº 12 da Rua Cidade de Liverpool para reposição da

Não conclusão de processo de contraordenação

Suspensão da posse administrativa e execução coerciva de demolição da construção ilegal

Notificação para apresentação de pedido de emissão de alvará de licenciamento de obras

Início das diligências para correção dos erros de construção verificados na Ciclovia do Colégio Militar

Proposta de intimação de proprietário para reposição da legalidade

legalidade, no que diz respeito aos vãos envidraçados, e de nova diligência de visita ao interior da fração para aferir da realização das obras admitidas pelo Processo nº 1104/EDI/2010, visando, assim, repor a legalidade da situação denunciada, sendo necessário que se proceda à informação sobre a evolução da situação.

2.14. A obra erigida pela Fundação INATEL, no interior do Estádio 1º de Maio, objeto de embargo por despacho de 05-01-2011, foi licenciada em 09-01-2012, através do Processo nº 21/EDI/2011 e está, apenas, pendente o pedido de emissão de alvará. Por seu turno, o procedimento de contraordenação, instaurado em 21 de dezembro de 2010, encontra-se por concluir, sendo necessário que se proceda à informação sobre a evolução da situação.

2.15. A eventual responsabilidade civil extracontratual do Município pelos danos sofridos no apartamento de Rui Vieira Quaresma, sito na rua Professor Prado Coelho, nº 26, r/c Dto., no Alto da Faia em Telheiras, na sequência de inundação provocada por entupimento do ramal predial de águas domésticas no exterior do edifício, em apreciação no âmbito do processo nº 9564/CML/09, encontra-se em fase de audiência de interessados, pelo que não é possível concluir pela confirmação do facto denunciado.

2.16. Quanto à existência de uma cancela e portão impeditivos da fruição pelos munícipes dos espaços públicos cedidos no âmbito do alvará de loteamento nº 1/97, Condomínio Alcântara Residence, foram objeto de processo de intimação ao condomínio nº 349/POL/2011 com vista à demolição/eliminação da cancela, aguardando-se a reposição da legalidade, sob pena de ter de ser a Câmara a retirar a mesma.

2.17. Constatámos que o Embargo nº 128/2011, efetuado em 22 de dezembro de 2011, às obras na Estrada de S. Bartolomeu, nº 167, de que é proprietária White-Investimentos Imobiliários, Lda., está a ser cumprido, encontrando-se os trabalhos parados, dado o local estar a ser vigiado permanentemente por elementos policiais. O processo de contraordenação, instaurado em 11 de março de 2012, na

Falta de conclusão de processo de contraordenação instaurado em 21 de dezembro de 2010

O procedimento para averiguação de eventual responsabilidade civil extracontratual do Município não se encontra concluído

Encontra-se em curso o processo de intimação para remoção de cancela impeditiva do acesso a espaços públicos

O Embargo nº 128/2011 está a ser cumprido e o processo de contraordenação que lhe está associado encontra-se em fase de pré-instrução

sequência do Auto de Notícia nº PI-692-2012, de 07 de março de 2012, por realização de obras sem alvará de licenciamento, encontrava-se em fase de pré-instrução com vista à dedução de acusação.

2.18. Quanto à denunciada instalação, em desconformidade com as condições do licenciamento, de anúncio luminoso biface, rotativo, na cobertura do estabelecimento hoteleiro denominado Vintage Lisboa, situado no gaveto da Rua do Salitre com a Rua Rodrigo da Fonseca, propriedade de Sycamore Propriedades, S.A., verificámos que deu origem a procedimento disciplinar da trabalhadora em funções de fiscalização, encontrando-se, à data das verificações, em fase de instrução. Deu também origem à instauração de procedimento de contraordenação à proprietária do estabelecimento, que concluiu pela condenação no pagamento de coima, tendo a proprietária sido notificada para proceder à remoção do anúncio, o que não foi cumprido. Nesta sequência, foi proposta a remoção coerciva do anúncio, cujo processo se encontrava em preparação jurídica e técnica, nos serviços municipais.

2.19. Sobre a invalidade da deliberação da Câmara Municipal, de 30 de julho de 2008, que aprovou o licenciamento das operações urbanísticas de edificação, no nº 25 da Avenida da República, por violação de PDM, veio a autarquia argumentar, em sede de contraditório, que o projeto licenciado em causa cumpria a versão final da Revisão de PDM, o qual foi, entretanto, aprovado por deliberação de 24 de julho de 2012.

3. Subsídios atribuídos a entidades privadas

3.1. Encontrava-se em fase de revisão o Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Lisboa, de 2008, com vista a uma maior adequação às várias áreas de atuação da autarquia e aperfeiçoamento do controlo da execução dos contratos-programa celebrados, sendo esta área objeto de monitorização no âmbito do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão da autarquia.

4. Delegações de competências nas freguesias

Remoção coerciva de anúncio luminoso

A invalidade da deliberação da Câmara Municipal, de 30 de julho de 2008, que aprovou o licenciamento das operações urbanísticas de edificação, foi sanada com a entrada em vigor do PDM revisto

O Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Lisboa encontra-se em revisão

4.1. Todas as freguesias foram objeto de auditoria à execução dos protocolos com as Juntas de Freguesia, levada a cabo pelo Departamento de Auditoria Interna, com vista à definição de modelos de relatórios de execução dos protocolos de delegação de competências a elaborar pelas Juntas, contendo indicadores de execução física e financeira, uniformizados, e manutenção de dossier técnico e financeiro atualizado, disponível para consulta na autarquia.

5. Acumulações de funções de eleitos e trabalhadores

5.1. Encontrava-se em elaboração um protocolo de controlo e verificação das acumulações de funções por eleitos, situação que, à data das verificações, não se encontrava documentada nos serviços da autarquia, assegurando uma articulação entre os eleitos, o Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município e a Direção Municipal de Recursos Humanos, bem como o registo nos processos individuais das comunicações apresentadas à Assembleia Municipal e ao Tribunal Constitucional.

5.2. Foi determinada a junção aos processos individuais dos trabalhadores, em situação de acumulação de funções com funções docentes, do horário praticado, devendo o trabalhador requerer, em caso de sobreposição de horários, a fixação de horário específico, de forma a acautelar o cumprimento da duração semanal do trabalho.

5.3. Verificaram-se casos pontuais de pedidos de acumulação de funções por trabalhadores que não observaram todos os requisitos legalmente exigidos.

5.4. A proposta de Plano de Prevenção de Riscos de Gestão contempla as situações de acumulação de funções por trabalhadores, sendo considerada uma área de risco.

5.5. As autorizações de acumulação de funções identificadas como inválidas, encontram-se caducas e da invalidade dos atos de autorização resultaria a anulabilidade destes. Atendendo ao prazo de recurso de um ano a contar da prática dos atos,

Auditoria interna às freguesias com vista ao aperfeiçoamento das medidas de controlo da execução dos protocolos de delegação de competências

Elaboração de protocolo de controlo e verificação das acumulações de funções por eleitos

Junção aos processos individuais dos trabalhadores em situação de acumulação de funções com funções docentes, do horário praticado

Em casos pontuais de pedidos de acumulação de funções não foram preenchidos todos os requisitos legais

As situações de acumulação de funções encontram-se contempladas no Plano de Prevenção de Riscos de Gestão

As invalidades identificadas no âmbito das autorizações de acumulação de funções, respeitam a autorizações já caducas e a atos de

seria extemporânea qualquer diligência junto dos meios judiciais, visto encontrar-se este prazo já ultrapassado e consequentemente, as invalidades sanadas pelo decurso do tempo e os atos consolidados na ordem jurídica.

6. SIADAP – Alteração de posicionamento remuneratório por opção gestionária

6.1. A deliberação de 02 de setembro de 2009 do órgão executivo autárquico, quanto às avaliações referentes aos anos de 2004 e 2005, não tendo definido a percentagem de 25% para atribuição de *Muito Bom*, assim permitindo que a cerca de 60% dos trabalhadores avaliados, fossem atribuídos dois pontos, não observou o disposto na alínea b) do nº 4 do artigo 113º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro (LVCR). A deliberação está ferida de anulabilidade, a qual se encontra, porém, sanada pelo decurso do tempo, de onde resulta a consolidação na ordem jurídica da deliberação em causa.

6.2. Na mesma deliberação de 02 de setembro de 2009 do órgão executivo autárquico, quanto às avaliações referentes aos anos de 2006 e 2007, não tendo efetuado qualquer avaliação de desempenho aos trabalhadores do Município e tendo atribuído 2 e 3 pontos, respetivamente, atribuindo 100% de *Muito Bons*, em 2006 e 100% de *Excelentes* em 2007, não observou o disposto no nº 7 do artigo 113º da LVCR. Desta inobservância da lei decorria a anulabilidade da deliberação, a qual se encontra, porém, sanada pelo decurso do tempo, de onde resulta a consolidação na ordem jurídica da deliberação em causa.

6.3. A deliberação de 23 de dezembro de 2009 do órgão executivo autárquico, quanto à proposta de opção gestionária, no final do ano, extemporânea, de alteração de posição remuneratória de um grupo profissional específico, desrespeitou o disposto na alínea b) do nº 1 e nº 4 do artigo 7º da LVCR, de onde decorria a anulabilidade da deliberação, a qual se encontra, porém, sanada pelo decurso do tempo, de onde resulta a consolidação na ordem jurídica da deliberação em causa.

**autorização anuláveis,
sanados pelo decurso do
tempo**

**A ilegalidade da
deliberação de 02 de
setembro de 2009 do
órgão executivo
autárquico ficou sanada
pelo decurso do tempo,
tendo-se o ato
consolidado na ordem
jurídica**

**A ilegalidade da referida
deliberação do órgão
executivo autárquico
ficou sanada pelo
decurso do tempo,
tendo-se o ato
consolidado na ordem
jurídica**

**A ilegalidade da
deliberação de 23 de
dezembro de 2009 do
órgão executivo
autárquico ficou sanada
pelo decurso do tempo,
tendo-se o ato
consolidado na ordem
jurídica**

7. Aquisições de serviços

7.1. São, genericamente, observados os princípios da transparência e da desmaterialização de procedimentos de aquisição de serviços.

8. Contratos de aquisição de serviços, por tempo indeterminado e a termo resolutivo

8.1. No âmbito do contrato de prestação de serviços, celebrado em 31 de agosto de 2009, com Bárbara dos Santos Coutinho, a eventual inobservância do disposto no nº 7 do artigo 35º da Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro, conduzia à anulabilidade do contrato, sendo extemporânea qualquer diligência junto dos meios judiciais, visto ter sido ultrapassado o prazo legal de recurso, encontrando-se assim, sanadas as invalidades, pelo decurso do tempo e consolidados os atos na ordem jurídica.

8.2. Existe um valor máximo mensal, resultante da forma de cálculo do valor máximo anual estabelecido para a remuneração devida aos assessores, o qual foi fixado por deliberação do órgão executivo municipal.

Os procedimentos de aquisição de serviços, observam os princípios da transparência e da desmaterialização

Encontra-se ultrapassado o prazo de recurso de eventual invalidade de contrato de prestação de serviços, tendo-se consolidado na ordem jurídica

A forma de cálculo do valor máximo anual de remuneração dos assessores, garante um valor máximo mensal

RECOMENDAÇÕES

9. Na sequência dos factos analisados e das conclusões obtidas no âmbito da presente ação, as principais recomendações formuladas em relação ao Município de Lisboa são:

9.1. Que seja prestada informação sobre a decisão final emitida no procedimento de reposição da legalidade urbanística, quanto aos pisos construídos no logradouro, do nº 30 do Largo da Graça;

9.2. Que seja prestada informação sobre a evolução do procedimento de aferição da legalidade das construções correspondentes aos nºs 79, 86 e 87 da Rua A da Quinta do Ferro e eventual procedimento de intimação para reposição da legalidade;

9.3. Que sejam tomadas medidas no sentido dar maior celeridade aos processos de avaliação de incomodidade, resultante de excesso de ruído emitido por estabelecimentos comerciais localizados em zonas residenciais;

9.4. Que seja prestada informação sobre a decisão final emitida no âmbito do processo de contraordenação instaurado contra os proprietários do prédio sito na Rua Gervásio Lobato, nº 15, por incumprimento da intimação camarária para realização de obras de conservação;

9.5. Que seja prestada informação sobre as medidas de tutela da legalidade urbanística efetivamente adotadas quanto à construção ilegal, e não legalizável, erigida no logradouro do r/c direito da Rua dos Arneiros, nº 38;

9.6. Que seja prestada informação sobre se foi efetivado o pedido, pela Cooperativa 3.08.09-Construção e Habitação, CRL, de emissão de alvará de licenciamento, no âmbito do processo nº 1502/EDI/2007;

9.7. Que seja prestada informação atualizada sobre as medidas

Informação sobre a decisão final emitida em procedimento de reposição da legalidade urbanística

Informação sobre a evolução do procedimento de aferição da legalidade de construções

Promover a celeridade dos processos de avaliação de incomodidade, resultante de excesso de ruído

Informação sobre a decisão final emitida no âmbito deste processo de contraordenação

Informação sobre as medidas de tutela da legalidade urbanística adotadas no caso concreto

Confirmação do pedido de emissão de alvará de licenciamento em causa

Informação atualizada sobre as medidas de

de tutela da legalidade urbanística, efetivamente adotadas, quanto às obras realizadas no 1º Dto. do nº 12 da Rua Cidade de Liverpool;

9.8. Que seja prestada informação sobre a decisão final proferida no processo de contraordenação, instaurado em 21-12-2010, a propósito da obra erigida pela Fundação INATEL no interior do Estádio 1º de Maio;

9.9. Que seja prestada informação atualizada sobre o processo nº 9564/CML/09, respeitante ao apuramento de eventual responsabilidade extracontratual da autarquia pelos danos sofridos no apartamento de Rui Vieira Quaresma;

9.10. Que seja prestada informação atualizada sobre as medidas de reposição da legalidade urbanística adotadas, no que respeita à eliminação da cancela existente no Condomínio Alcântara Residence;

9.11. Que seja prestada informação sobre a decisão final que vier a ser proferida no processo de contraordenação, instaurado em 11-03-2012, contra White-Investimentos Imobiliários, Lda., na sequência do Auto de Notícia nº PI-692-2012, de 07-03-2012, por realização de obras no nº 167 da Estrada de S. Bartolomeu, sem alvará de licenciamento;

9.12. Que seja prestada informação atualizada sobre o processo de remoção coerciva do anúncio luminoso colocado na cobertura do estabelecimento hoteleiro denominado Vintage Lisboa, propriedade de Sycamore Propriedades, S.A.;

9.13. Que seja prestada informação sobre a conformidade do edificado no nº 25 da Avenida da República face ao que vier a ser aprovado em sede de revisão de PDM;

9.14. Que a autarquia adote, efetivamente, os meios de controlo e de seguimento das atividades apoiadas, no âmbito da atribuição de subsídios a entidades privadas, que permitam a verificação da utilização dos montantes atribuídos aos fins a que se destinam e o integral cumprimento do estabelecido em protocolo ou contrato-programa;

tutela da legalidade urbanística adotadas neste processo

Informação sobre a decisão final proferida no processo de contraordenação intentado contra a Fundação INATEL

Informação atualizada sobre processo de apuramento de eventual responsabilidade extracontratual da autarquia

Informação atualizada sobre as medidas de reposição da legalidade urbanística adotadas no caso concreto

Informação sobre a decisão final que vier a ser proferida neste processo de contraordenação

Informação atualizada sobre o processo de remoção coerciva de anúncio luminoso

Informação sobre conformidade de edificado face alterações do P.D.M.

Adoção de meios de controlo e acompanhamento das atividades desenvolvidas por entidades subsidiadas

9.15. Que sejam efetivamente adotados pelo Município, os meios de controlo e de monitorização da execução dos protocolos de delegação de competências nas Juntas de Freguesia, que permitam a efetiva verificação da utilização dos montantes atribuídos aos fins a que se destinam e o integral cumprimento dos protocolos;

9.16. Que, dos processos individuais dos eleitos em situação de acumulação de funções, passem a constar as comunicações apresentadas à Assembleia Municipal e ao Tribunal Constitucional, por forma a garantir a observância dos princípios da transparência e da prossecução do interesse público.

Adoção de meios de controlo e de monitorização da execução dos protocolos de delegação de competências nas Juntas de Freguesia

Integração nos processos individuais dos eleitos em situação de acumulação de funções, das comunicações exigidas por lei

PROPOSTAS

10. Atento o exposto, propomos:

10.2. Que o presente Sumário Executivo e os relatórios e documentos em anexo sejam remetidos ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, com menção expressa de dar conhecimento aos restantes membros do Órgão Executivo, bem como de remeter cópias à Assembleia Municipal, nos termos da alínea o) do nº 2 do artigo 35º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

10.3. Que a Câmara Municipal de Lisboa informe a IGF, no prazo de 60 dias a contar da data da receção deste Relatório e anexos, do estado de implementação das recomendações efetuadas, juntando evidência documental, nos casos em que tal se justifique.

Pela Equipa,

A Inspetora



Emília Henriques

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CML	Câmara Municipal de Lisboa
IGAL	Inspeção-Geral da Administração Local
IGF	Inspeção-Geral de Finanças
LVCR	Lei das vinculações, carreiras e remunerações
PDM	Plano Diretor Municipal
PP	Plano de Pormenor
SIADAP	Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública

FICHA TÉCNICA	
NATUREZA	Outras auditorias.
ENTIDADE AUDITADA	Município de Lisboa.
FUNDAMENTO	Ex-IGAL
ÂMBITO	2009 - 2011
OBJETIVOS	Objetivos: <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Análise de queixas sobre diversas matérias; <input type="checkbox"/> Análise dos subsídios atribuídos a entidades privadas; <input type="checkbox"/> Análise das delegações de competências nas freguesias; <input type="checkbox"/> Análise das acumulações de funções de eleitos e trabalhadores; <input type="checkbox"/> Análise das alterações de posicionamento remuneratório por opção gestionária, no âmbito do SIADAP; <input type="checkbox"/> Análise das aquisições de serviços; <input type="checkbox"/> Análise dos contratos por tempo indeterminado e a termo resolutivo.
METODOLOGIA	Na metodologia utilizada foi considerado como principal critério de análise o quadro legal e regulamentar.
CONTRADITÓRIO	Foi assegurado o procedimento de contraditório formal, através do envio dos projetos de relatório à entidade auditada.
DIREÇÃO	IFD Ana Paula Barata Salgueiro
EQUIPA	Execução: Inspetora Emília Henriques Inspetor António José de Aguiar Pedro Inspetor Rui Manuel de Magalhães Prata Inspetora Carla Maria Duarte Filipe Inspetora Irene Fernandes Alves Queimado

Nota: Os conceitos, termos e expressões geralmente utilizados pela IGF nos seus produtos de controlo constam do «Glossário Geral da IGF», disponível em A IGF/Normas de Boas Práticas, no site <http://www.igf.min-financas.pt>.
Este Relatório não poderá ser reproduzido, sob qualquer meio ou forma, nos termos da legislação em vigor.

LISTA DE ANEXOS

- | | |
|------------|--|
| 1 | Relatório Parcelar (RP) nº 5 A/B – Análise de queixas apresentadas |
| 1/A | RP nº 5 A/B - Documentos |
| 1/B | RP nº 5 A/B - Contraditório Formal Institucional – Resposta da Entidade Inspeccionada |
| 1/C | RP nº 5 A/B - Contraditório Formal Institucional/Análise da Resposta Entidade Inspeccionada |
| 2 | Relatório Parcelar (RP) nº 1 C - Subsídios/Delegação de competências nas Freguesias/Acumulação de funções por eleitos |
| 2/A | RP nº 1 C – Documentos |
| 2/B | RP nº 1 C - Contraditório Formal Institucional – Resposta da Entidade Inspeccionada |
| 2/C | RP nº 1 C - Contraditório Formal Institucional/Análise da Resposta Entidade Inspeccionada |
| 3 | Relatório Parcelar (RP) nº 2 D – SIADAP/Alteração de posicionamento remuneratório |
| 3/A | RP nº 2 D – Documentos |
| 3/B | RP nº 2 D - Contraditório Formal Pessoal/ Respostas Dos Visados |
| 3/C | RP nº 2 D - Contraditório Formal Pessoal/ Análise das Respostas Dos Visados |
| 4 | Relatório Parcelar (RP) nº 4 E – Acumulação de funções por trabalhadores/Aquisições de serviços/Contratos por tempo indeterminado e a termo resolutivo |
| 4/A | RP nº 4 E – Documentos |
| 4/B | RP nº 4 E – Contraditório Formal Institucional – Resposta da Entidade Inspeccionada |
| 4/C | RP nº 4 E – Contraditório Formal Institucional/Análise da Resposta Entidade Inspeccionada |